



# Crescimento Econômico Real nos Estados do Brasil (1995–2025)

Uma Análise Histórica  
Regional Brasil Em Mapas



Edição Especial 2026

market  
LIVE



Brasil Em Mapas®

Catálogo na fonte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M412

MARTINS, F William

Uma análise histórica regional do crescimento econômico real nos estados brasileiros, 1995–2025 – Brasil em Mapas, 2026. 98 p. : il., mapas, gráficos.

1. Crescimento econômico – Brasil – 1995–2025.
2. Produto Interno Bruto – Estados – Brasil.
3. Análise regional – Brasil.
4. Desenvolvimento econômico – Brasil.

I. Título.

CDU 338.1(81)

CRÉDITOS

Autoria: Brasil Em Mapas

Patrocínio: Market Live / Grupo LGAC Comunicação

Projeto gráfico e diagramação: Brasil em Mapas © 2026. Licença de uso CC BY-AS

Data de conclusão: Março de 2026

*O Brasil Em Mapas é uma plataforma independente de pesquisa e visualização de dados socioeconômicos, dedicada a traduzir informações complexas em narrativas visuais claras e acessíveis. Por meio de mapas, infográficos e análises territoriais aprofundadas, o projeto busca revelar as dinâmicas regionais que moldam o desenvolvimento do país, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a tomada de decisões estratégicas nos setores público e privado. Mais do que apresentar números, nosso objetivo é contribuir para um debate público mais qualificado, apoiando decisões que promovam o desenvolvimento equilibrado e sustentável em todas as regiões do Brasil.*

**Brasil Em Mapas**

*Dados que revelam territórios.*

*Informação que transforma realidades.*

# Quem somos



## SUMÁRIO

Lista de Figuras .....	vi
Figura 1 Crescimento econômico real por unidades federativas do Brasil – 1995-2025.....*	*
Figura 2 Crescimento econômico real por grandes regiões do Brasil – 1995-2025.....*	*
Lista de Tabelas .....	vii
Tabela 1 Variação do crescimento econômico real e PIB nominal por unidades federativas do Brasil – 1995-2025.....**	**
Sumário Executivo .....	05
1. Objetivo da Pesquisa .....	08
2. Panorama do Crescimento Econômico Brasileiro (Contexto Histórico, Político e Econômico ).....	08
3. Dados Consolidados .....	12
3.1. PIB Nominal e Participação % no PIB Nacional .....	12
3.2. Crescimento Real por UF .....	13
3.3. Crescimento Médio por Região .....	14
3.4. Crescimento Nacional .....	14
4. Metodologia de Cálculo .....	14
4.1. Harmonização das Unidades de Medida .....	14
4.2. Deflator do PIB .....	15
4.3. Cálculo do Crescimento Real por UF .....	15
4.4. Projeções 2024–2025 .....	16
4.5. Mediana Ponderada Nacional .....	16
4.6. Crescimento Nacional .....	18
4.7. Crescimento Médio por Região .....	18
4.8. Estatísticas Descritivas .....	18
5. Ferramentas Utilizadas .....	19
6. Fontes e Referências Bibliográficas .....	19

# Uma Análise Histórica Regional do Crescimento Econômico Real nos Estados Brasileiros, 1995–2025

*Brasil Em Mapas (2026)*

---

## Sumário Executivo

A pesquisa "Uma Análise Histórica Regional do Crescimento Econômico Real nos Estados Brasileiros, 1995–2025", realizada pelo Brasil em Mapas, investiga a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) das 27 unidades da federação ao longo de três décadas, com base em dados oficiais do IBGE e projeções alinhadas às Contas Nacionais divulgadas em março de 2026. O estudo aplica correção monetária pelo IPCA e utiliza o deflator implícito do PIB (5,993) para garantir a comparabilidade real do crescimento entre os estados e regiões, oferecendo um retrato detalhado das transformações econômicas territoriais do país desde a consolidação do Plano Real.

Em três décadas (1995–2025), o PIB real brasileiro acumulou crescimento de 222%, mas em ritmos profundamente distintos entre as regiões e estados. O Centro-Oeste (408%) e o Norte (354%) lideram as altas, impulsionados pela expansão do agronegócio e da fronteira agrícola, com destaque para Mato Grosso (661%, o maior crescimento nacional) e Tocantins (594%). O Nordeste (265,7%) e o Sul (226,9%) apresentam desempenho intermediário, enquanto o Sudeste registra a menor média regional (184%), refletindo o ritmo mais moderado de economias maduras como São Paulo (150%) e Rio de Janeiro (191%). O menor crescimento foi do Distrito Federal (127%). A mediana ponderada nacional, que considera o peso econômico real dos estados no PIB, ficou em 190% — um valor mais representativo do centro da distribuição do que a média simples (299,2%).

Os resultados revelam uma reconfiguração profunda do mapa econômico brasileiro. Enquanto estados como Mato Grosso do Sul (486%), Rondônia (366%) e Roraima (384%) emergem como novas fronteiras de dinamismo, as economias tradicionais do Sudeste perdem participação relativa, embora São Paulo ainda concentre o maior PIB nacional, respondendo por 31% da economia brasileira em 2025. A pesquisa do Brasil em Mapas oferece, assim, subsídios para o planejamento regional e para a compreensão das desigualdades estruturais que ainda desafiam o desenvolvimento do país, mostrando que o crescimento econômico, embora expressivo, continua a se distribuir de forma assimétrica no território nacional.



# % Crescimento Econômico Real dos Estados Brasileiros (1995—2025)

Panorama das UF:  
Crescimento nacional: 222%  
Maior crescimento: Mato Grosso 661,0%  
Menor crescimento: Distrito Federal: 126,9%  
Mediana ponderada UF (% PIB) 190,8%

UF		Varição (%)	PIB 1995 (R\$ Milhões)		PIB 2025 (R\$ Milhões)	
1	Mato Grosso	661.00%	SP	263,298	SP	3,882,296
2	Tocantins	593.80%	RJ	78,945	RJ	1,353,493
3	Mato Grosso do Sul	486.40%	MG	60,930	MG	1,107,082
4	Roraima	384.30%	RS	49,879	PR	774,239
5	Rondônia	365.90%	PR	40,194	RS	738,198
6	Goiás	357.70%	DF	31,133	SC	576,024
7	Maranhão	351.10%	BA	26,427	BA	486,586
8	Pará	342.40%	SC	24,231	DF	416,479
9	Piauí	335.40%	PE	16,212	GO	390,293
10	Acre	327.30%	GO	14,461	MT	328,424
11	Santa Catarina	303.10%	ES	14,059	PE	315,532
12	Rio Grande do Norte	298.30%	CE	13,740	PA	286,876
13	Alagoas	271.60%	PA	10,998	CE	264,051
14	Paraíba	260.80%	AM	10,069	ES	238,999
15	Amapá	256.50%	MT	7,319	MS	222,207
16	Pernambuco	230.20%	MS	6,428	AM	182,667
17	Ceará	226.00%	MA	6,390	MA	169,967
18	Paraná	226.70%	PB	5,183	RN	116,089
19	Amazonas	207.80%	RN	4,944	PB	110,248
20	Minas Gerais	208.20%	AL	4,657	AL	101,974
21	Bahia	212.40%	SE	3,833	PI	92,003
22	Sergipe	205.90%	PI	3,584	RO	86,167
23	Rio de Janeiro	190.80%	RO	3,137	TO	75,253
24	Espírito Santo	188.40%	TO	1,840	SE	69,143
25	Rio Grande do Sul	151.00%	AP	1,507	AP	31,662
26	São Paulo	150.10%	AC	1,237	AC	31,155
27	Distrito Federal	126.90%	RR	1,004	RR	28,668

# 1. Objetivo da Pesquisa

Este estudo tem como objetivo mensurar e representar o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) das 27 Unidades da Federação (UFs) do Brasil no período compreendido entre 1995 e 2025, com base em dados oficiais do IBGE, alinhadas às estimativas oficiais do Banco Central (BC), e tratamento estatístico para expurgo dos efeitos inflacionários, garantindo a comparabilidade real entre os estados e regiões.

## 2. Panorama do Crescimento Econômico Brasileiro (1995–2025)

### Contexto Histórico, Político e Econômico

Para compreender a evolução do PIB real dos estados brasileiros entre 1995 e 2025, é essencial situar esse período no contexto mais amplo da história econômica do país. As três décadas analisadas abrangem desde a consolidação do Plano Real até os desdobramentos mais recentes da economia pós-pandemia, passando por ciclos de crescimento, crises internas e externas, transformações estruturais e mudanças no regime de política econômica.

Em três décadas, o Brasil percorreu uma verdadeira montanha-russa econômica. Entre 1995 e 2025, o país acumulou um crescimento real de 222,2% do PIB, mas essa trajetória foi tudo menos linear. O período se inicia com a consolidação do Plano Real, que em 1995 completava seu primeiro ano integral, trazendo consigo a estabilidade monetária após décadas de hiperinflação — entre 1985 e 1994, os índices acumulados superaram 12 milhões por cento, um passado que ainda ecoava nos 22,4% de inflação registrados naquele ano inicial. Sob os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o foco esteve na estabilização, nas privatizações e na construção de instituições fiscais sólidas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. O país enfrentou tempestades externas — a crise asiática em 1997, a russa em 1998 e o "apagão" energético em 2001 — mas pavimentou o caminho para o ciclo virtuoso que viria a seguir, com um crescimento médio de 2,3% ao ano e a consolidação de uma âncora monetária que mudaria para sempre a relação do brasileiro com a moeda.

A virada do milênio trouxe um novo capítulo. Entre 2003 e 2014, o Brasil viveu seu período mais igualitário desde os anos 1980. Beneficiado pelo superciclo das commodities e por uma combinação inédita de crescimento com inclusão social, o país viu o PIB avançar a uma média de 4,1% ao ano sob os governos Lula (2003-2010), impulsionado pela valorização das exportações, pelo aumento real do salário mínimo e pela expansão do crédito e do consumo interno. Programas de transferência de renda e políticas de redistribuição reduziram a pobreza e aqueceram o mercado interno, criando um círculo virtuoso que transformou a estrutura social do país. Mesmo a crise financeira global de 2008-2009, que provocou uma breve recessão de -0,1% em 2009, foi rapidamente superada com políticas anticíclicas que resultaram em um crescimento de 7,5% no ano seguinte. No entanto, o ciclo de expansão começou a dar sinais de esgotamento a partir de 2011, com o governo Dilma Rousseff enfrentando um cenário de desaceleração e intervenções na economia que culminaram, em 2014, na mais severa recessão da história recente. Entre 2015 e 2016, o país acumulou uma queda superior a 7% do PIB, mergulhado em uma crise política e econômica que deixaria marcas profundas.

A recuperação pós-2016 foi lenta e marcada por profundas transformações na política econômica. Sob o governo Michel Temer (2016-2018), o país aprovou a PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista, buscando reequilibrar as contas públicas e modernizar as relações de trabalho. O PIB voltou a crescer, mas a ritmo modesto: 1,3% em 2017 e 1,8% em 2018, insuficientes para reparar os danos sociais da recessão. O governo Jair Bolsonaro (2019-2022) iniciou com a aprovação da Reforma da Previdência em 2019, mas logo enfrentou o maior choque externo desde a Segunda Guerra: a pandemia de Covid-19. Em 2020, o PIB brasileiro despencou 2,8%, e o governo implementou políticas emergenciais de transferência de renda, como o Auxílio Emergencial, que amenizaram o colapso social. A recuperação em 2021 foi forte (5,0%), impulsionada pela base baixa e pelos estímulos fiscais, mas veio acompanhada de uma escalada inflacionária e crise do custo de vida: o IPCA atingiu 10,1% naquele ano, pressionado pelos preços de alimentos, energia e pela desorganização das cadeias globais de produção. Em 2022, a inflação arrefeceu para 5,8%, mas o custo de vida seguiu como um dos principais desafios para as famílias brasileiras.

Esse mosaico de ciclos econômicos produziu transformações territoriais profundas e desiguais. O dinamismo se deslocou do tradicional eixo industrial Sudeste-Sul em direção a novas fronteiras agrícolas e extrativistas. Enquanto o Centro-Oeste e o Norte despontavam com crescimentos expressivos de 408% e 354%, respectivamente, puxados pelo agronegócio de Mato Grosso (661%) e Tocantins (594%), as economias mais maduras do Sudeste cresceram a um ritmo mais moderado (184%), refletindo o peso de uma estrutura industrial consolidada, mas de menor dinamismo relativo.

Estados como São Paulo (150%) e Rio de Janeiro (191%) — outrora motores incontestes da economia nacional — cederam espaço relativo para que regiões antes periféricas se tornassem protagonistas do crescimento. É o caso do Centro-Oeste, que com Mato Grosso do Sul (486%) e Goiás (358%), consolidou-se como a nova potência agroexportadora. O Tocantins, parte central da região do MATOPIBA — a mais dinâmica fronteira agrícola do país, abrangendo também Maranhão, Piauí e Bahia — viu sua produção agropecuária se expandir de forma acelerada a partir do final dos anos 1990, com o cultivo de soja em larga escala e alta mecanização, elevando significativamente o PIB agropecuário estadual e transformando a estrutura econômica local.

No Norte, estados como Rondônia (366%) e Roraima (384%) emergiram como novas fronteiras econômicas, enquanto o Amazonas (207,8%) apresentou crescimento impulsionado pelo Polo Industrial de Manaus, cuja indústria de transformação, responde por parcela expressiva do PIB industrial do estado e da região. Já o Pará (342,4%) teve seu desempenho fortemente ancorado na indústria extrativa mineral, com destaque para a exploração de minério de ferro, bauxita e cobre, que alavancaram o PIB da indústria extrativa e consolidaram o estado como uma potência mineral na Amazônia. O Nordeste, por sua vez, apresentou desempenho heterogêneo, com Maranhão (351%) e Piauí (335%) surpreendendo, enquanto economias mais industrializadas como Pernambuco (230%) e Ceará (226%) cresceram em ritmo mais próximo à média nacional. O Sul manteve-se em patamar intermediário (227%), com Santa Catarina (303%) puxando a média regional, enquanto Rio Grande do Sul (151%) e Paraná (227%) refletiram os desafios de economias com forte base industrial e agroindustrial.

Em contraste, o Distrito Federal (126,9%) registrou o menor crescimento entre todos os entes federativos, atuando como um outlier econômico: sua condição de capital federal faz com que sua economia dependa fortemente da administração pública e de serviços ligados ao funcionalismo público, com baixa participação da indústria e do agronegócio, resultando em uma estrutura produtiva pouco diversificada e altamente dependente de transferências da União.

Essa reconfiguração regional, no entanto, não apagou as desigualdades históricas. A mediana ponderada nacional de 190% revela que, ao considerarmos o peso real das economias, o crescimento foi mais modesto do que a média simples sugere. No atual contexto do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023–2026), a economia brasileira apresentou sinais de recuperação, com crescimento do PIB acima das projeções iniciais do mercado, queda no desemprego para patamares historicamente baixos e retomada de políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda, que contribuíram para a redução da pobreza e da insegurança alimentar.

Durante o período, foram implementadas medidas como o novo arcabouço fiscal e a regulamentação da reforma tributária, com o objetivo de equilibrar as contas públicas e simplificar o sistema de impostos. A faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física também foi ampliada, beneficiando contribuintes de menor renda e injetando recursos adicionais no consumo das famílias, o que contribuiu para aquecer o mercado interno.

No entanto, desafios persistem: a dívida pública segue em trajetória de alta, pressionada por despesas obrigatórias e pelo custo dos juros, gerando preocupações quanto à sustentabilidade fiscal no médio prazo. Apesar do aquecimento do mercado de trabalho, a informalidade ainda atinge parcela significativa dos trabalhadores, e a produtividade segue como um gargalo estrutural. Mais do que apresentar números, nosso objetivo é contribuir para um debate público mais qualificado, apoiando decisões que promovam o desenvolvimento equilibrado e sustentável em todas as regiões do país. As três décadas analisadas mostram que, se o país aprendeu a domar a inflação e a crescer, ainda precisa vencer a batalha mais difícil: a de transformar crescimento em desenvolvimento equilibrado entre suas regiões, garantindo que os frutos da estabilidade e da expansão cheguem de forma mais equânime a todos os brasileiros.



### 3. Dados Consolidados

#### 3.1. PIB Nominal e Participação % no PIB Nacional – 1995 e 2025 (R\$, milhões)

UF	Estado	PIB 1995	PIB 2025	Participação % PIB 2025
AC	Acre	1.237	31.155	0,25%
AL	Alagoas	4.657	101.974	0,82%
AM	Amazonas	10.069	182.667	1,46%
AP	Amapá	1.507	31.662	0,25%
BA	Bahia	26.427	486.586	3,90%
CE	Ceará	13.740	264.051	2,11%
DF	Distrito Federal	31.133	416.479	3,33%
ES	Espírito Santo	14.059	238.999	1,91%
GO	Goiás	14.461	390.293	3,12%
MA	Maranhão	6.390	169.967	1,36%
MG	Minas Gerais	60.930	1.107.082	8,86%
MS	Mato Grosso do Sul	6.428	222.207	1,78%
MT	Mato Grosso	7.319	328.424	2,63%
PA	Pará	10.998	286.876	2,30%
PB	Paraíba	5.183	110.248	0,88%
PE	Pernambuco	16.212	315.532	2,53%
PI	Piauí	3.584	92.003	0,74%
PR	Paraná	40.194	774.239	6,20%
RJ	Rio de Janeiro	78.945	1.353.493	10,84%
RN	Rio Grande do Norte	4.944	116.089	0,93%
RO	Rondônia	3.137	86.167	0,69%
RR	Roraima	1.004	28.668	0,23%
RS	Rio Grande do Sul	49.879	738.198	5,91%
SC	Santa Catarina	24.231	576.024	4,61%
SE	Sergipe	3.833	69.143	0,55%
SP	São Paulo	263.298	3.882.296	31,09%
TO	Tocantins	1.840	75.253	0,60%
Total	Brasil	646.700	12.490.000	100,00%

### 3.2. Crescimento Real por UF – 1995 a 2025

UF	Estado	Crescimento real (%)
MT	Mato Grosso	661,0
TO	Tocantins	593,8
MS	Mato Grosso do Sul	486,4
RR	Roraima	384,3
RO	Rondônia	365,9
GO	Goiás	357,7
MA	Maranhão	351,1
PA	Pará	342,4
PI	Piauí	335,4
AC	Acre	327,3
SC	Santa Catarina	303,1
RN	Rio Grande do Norte	298,3
AL	Alagoas	271,6
PB	Paraíba	260,8
AP	Amapá	256,5
PE	Pernambuco	230,2
CE	Ceará	226,0
PR	Paraná	226,7
AM	Amazonas	207,8
MG	Minas Gerais	208,2
BA	Bahia	212,4
SE	Sergipe	205,9
RJ	Rio de Janeiro	190,8
ES	Espírito Santo	188,4
RS	Rio Grande do Sul	151,0
SP	São Paulo	150,1
DF	Distrito Federal	126,9



### 3.3. Crescimento Médio por Região

Região	Estados	Média (%)
Centro-Oeste	DF, GO, MT, MS	408,0
Norte	AC, AM, AP, PA, RO, RR, TO	354,0
Nordeste	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE	265,7
Sul	PR, RS, SC	226,9
Sudeste	ES, MG, RJ, SP	184,4

### 3.4. Crescimento Nacional

Indicador	Valor
PIB nominal 1995	R\$ 646,7 bilhões
PIB nominal 2023	R\$ 10,9 trilhões
PIB nominal 2025	R\$ 12,49 trilhões
PIB real 2025 (preços 1995)	R\$ 2,08 trilhões
Crescimento real acumulado 1995–2025	222,2%

## 4. Metodologia de Cálculo

### 4.1. Harmonização das Unidades de Medida

Os dados de 1995, originalmente publicados pelo IBGE em R\$ mil (valores correntes), foram convertidos para R\$ milhões para compatibilidade com os dados de 2023 e 2025:

$$\text{PIB}_{1995} (\text{R\$ milhões}) = \frac{\text{PIB}_{1995} (\text{R\$ mil})}{1.000}$$

**Exemplo para São Paulo:**

$$\text{PIB}_{1995}^{SP} = \frac{263.298.462 \text{ R\$ mil}}{1.000} = 263.298 \text{ R\$ milhões}$$

## 4.2. Deflator do PIB

Para eliminar os efeitos da inflação e obter o crescimento real (em volume), utilizou-se o deflator implícito do PIB nacional, calculado com base na série histórica do IBGE (Sistema de Contas Nacionais – Tabela SIDRA 1846).

### 4.2.1. Deflator 1995–2023

- Índice de volume (1995 = 100):  $I_{2023} = 307,4$
- Variação nominal do PIB (1995–2023):  $N_{2023} = 16,86$  vezes

$$D_{1995-2023} = \frac{N_{2023}}{I_{2023}/100} = \frac{16,86}{3,074} = 5,485$$

### 4.2.2 Inflação implícita 2024-2025

Com base nas projeções do IPCA (IBGE):

- Inflação 2024:  $i_{2024} = 4,83\% = 0,0483$
- Inflação 2025:  $i_{2025} = 4,26\% = 0,0426$

$$Fator_{inflação} = (1 + i_{2024}) \times (1 + i_{2025}) = (1 + 0,0483) \times (1 + 0,0426) = 1,0939$$

### 4.2.3. Deflator 1995–2025

$$D_{1995-2025} = D_{1995-2023} \times Fator_{inflação} = 5,485 \times 1,0939 = 5,993$$

## 4.3. Cálculo do Crescimento Real por UF

Para cada Unidade da Federação, o crescimento real foi calculado em três etapas:

### 4.3.1. PIB real de 2025 a preços de 1995

$$PIB_{real2025} = \frac{PIB_{nominal2025}}{D_{1995-2025}} = \frac{PIB_{nominal2025}}{5,993}$$

**Exemplo para São Paulo:**

$$PIB_{real2025}^{SP} = \frac{3.882.296 \text{ R\$ milhões}}{5,993} = 658.357 \text{ R\$ milhões (preços de 1995)}$$

### 4.3.2. Crescimento real acumulado

$$\text{Crescimento real} = \frac{\text{PIB real}_{2025}}{\text{PIB nominal}_{1995}} - 1 \times 100$$

#### Exemplo para São Paulo:

$$\text{Crescimento real}^{SP} = \frac{658.357}{263.298} - 1 \times 100 = (2,501 - 1) \times 100 = 150,1\%$$

#### Exemplo para Mato Grosso:

$$\text{PIB real}_{2025}^{MT} = \frac{328.424}{5,993} = 55.693 \text{ R\$ milhões}$$

$$\text{Crescimento real}^{MT} = \frac{55.693}{7.319} - 1 \times 100 = (7,61 - 1) \times 100 = 661,0\%$$

## 4.4. Projeções 2024–2025

### 4.4.1. Crescimento real anual

- Média nacional:  $\$g_{\{\text{Brasil}\}} = 2,4\%$  ao ano
- Taxas estaduais diferenciadas conforme vocação econômica e desempenho recente, variando entre  $\$1,8\%$  e  $\$5,5\%$  ao ano

### 4.4.2. Fator nominal acumulado 2024–2025

$$Fator_{\text{nominal}} = (1 + g_{2024}) \times (1 + g_{2025}) \times (1 + i_{2024}) \times (1 + i_{2025})$$

#### Exemplo para estado com crescimento real de 2,4% ao ano:

$$Fator_{\text{nominal}} = (1,024)^2 \times 1,0483 \times 1,0426 = 1,048576 \times 1,0939 = 1,1461 (+14,61\%)$$

### 4.4.3. PIB nominal 2025 a partir de 2023

$$\text{PIB nominal}_{2025} = \text{PIB nominal}_{2023} \times Fator_{\text{nominal}}$$

---

## 4.5. Mediana Ponderada Nacional

Para uma análise mais robusta do crescimento mediano, considerando o tamanho relativo das economias estaduais ao longo de todo o período, calculou-se a mediana ponderada utilizando como peso a participação percentual média de cada estado no PIB nacional entre 1995 e 2025.

#### 4.5.1. Peso Médio de Cada Estado

$$\text{Peso médio}_i = \frac{P_i^{1995} + P_i^{2025}}{2}$$

Onde:

- $P_i^{1995} = \frac{\text{ PIB } \{i\}^{1995}}{\text{ PIB } \{\text{Brasil}\}^{1995}}$  = participação do estado  $i$  no PIB nacional em 1995
- $P_i^{2025} = \frac{\text{ PIB } \{i\}^{2025}}{\text{ PIB } \{\text{Brasil}\}^{2025}}$  = participação do estado  $i$  no PIB nacional em 2025

#### Exemplo para São Paulo:

$$P_{SP}^{1995} = \frac{263.298}{646.700} = 40,71\%$$

$$P_{SP}^{2025} = \frac{3.882.296}{12.490.000} = 31,09\%$$

$$\text{Peso médio}_{SP} = \frac{40,71\% + 31,09\%}{2} = 35,90\%$$

#### 4.5.2. Cálculo da mediana ponderada

Procedimento:

1. Ordenam-se os estados pelo crescimento real (do menor para o maior)
2. Acumula-se o peso médio de cada estado
3. Identifica-se o ponto onde o peso acumulado atinge ou ultrapassa 50%
4. O crescimento correspondente a esse ponto é a mediana ponderada

Resultado:

Ordem	UF	Crescimento (%)	Peso médio (%)	Peso acumulado (%)
1	DF	126,9	4,02	4,02
2	SP	150,1	35,36	39,38
3	RS	151,0	6,71	46,09
4	ES	188,4	2,01	48,10
5	RJ	190,8	11,34	59,44

O peso acumulado atinge 59,44% no estado do Rio de Janeiro, que apresenta crescimento de 190,8%. Mediana ponderada nacional=190,8% para fins de visualização no mapa, este valor foi arredondado para 190%.

## 4.6. Crescimento Nacional

### 4.6.1. PIB real de 2025 a preços de 1995

$$\text{PIB real}_{2025}^{Brasil} = \frac{\text{PIB nominal}_{2025}^{Brasil}}{D_{1995-2025}} = \frac{12.490.000 \text{ R\$ milhões}}{5,993} = 2.083.000 \text{ R\$ milhões}$$

### 4.6.2. Crescimento real acumulado do Brasil

$$\text{Crescimento real}_{Brasil} = \frac{2.083.000}{646.700} - 1 \times 100 = (3,222 - 1) \times 100 = 222,2\%$$

---

## 4.7. Crescimento Médio por Região

Para cada região \$R\$, composta por \$n\$ estados, a média do crescimento real foi calculada como:

$$\bar{g}_R = \frac{\sum_{i=R} g_i}{n}$$

**Exemplo para a região Sudeste:**

$$\bar{g}_{SE} = \frac{150,1\% + 190,8\% + 208,2\% + 188,4\%}{4} = \frac{737,5\%}{4} = 184,4\%$$

---

## 4.8. Estatísticas Descritivas

- Média simples dos estados:  $\bar{g} = \frac{\sum_{i=1}^{27} g_i}{27} = 299,2\%$
- Mediana simples: valor central da distribuição ordenada = 256,5% (Amapá)
- Amplitude total:  $g_{\max} - g_{\min} = 661,0\% - 126,9\% = 534,1\%$  p.p.

<b>Indicador</b>	<b>Valor</b>
Média simples das UFs	299,2%
Mediana simples	256,5% ( <i>Amapá</i> )

**Mediana ponderada nacional 190,8%**

Mínimo	126,9% ( <i>Distrito Federal</i> )
Máximo	661,0% ( <i>Mato Grosso</i> )
Amplitude total	534,1 <i>p.p.</i>

## 5. Ferramentas Utilizadas

### Análise e Processamento

Para tabulação, cálculos de deflator, estatísticas descritivas foi utilizado o Microsoft Excel (365), o Python (Pandas/NumPy) para validação de consistência, simulações de cenários, o Datawrapper a plataforma principal para geração do mapa coroplético e infografia, Adobe Photoshop (2025) para finalização de arte, editorial, tipografia e legendas, o Whiter foi a ferramenta de IA apenas para revisão e estruturação do texto elaborado por humano e a Gemini (Google) a ferramenta de IA generativa da capa por meio de prompt de comando, ideia e criação humana.

## 6. Fontes e Referências Bibliográficas

### Fontes de Dados

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Gerenciador de Séries Temporais – SGS. Brasília: BCB, 2025. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Focus – Projeções de Mercado. Brasília: BCB, 27 dez. 2024. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 15 jan. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais – Tabela 1846: Produto Interno Bruto a preços correntes e variação real (referência 2010). Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1846>. Acesso em: 20 jan. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Nacionais – Tabela 1737: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Série histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1737>. Acesso em: 10 fev. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Regionais: Brasil 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. (Contas Nacionais, n. 92). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>. Acesso em: 5 fev. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais Trimestrais – Divulgação 03/03/2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IpeaData – Produto Interno Bruto Estadual: 1995–2023. Brasília: Ipea, 2024. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2026.

#### Estudos e Relatórios Institucionais

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Mapa Estratégico da Indústria 2023–2026. Brasília: CNI, 2023. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 5 fev. 2026.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. World Economic Situation and Prospects 2024. Nova York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://unctad.org/publication>. Acesso em: 20 jan. 2026.

## Estudos e Relatórios Institucionais

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Mapa Estratégico da Indústria 2023–2026. Brasília: CNI, 2023. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br>. Acesso em: 5 fev. 2026.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. World Economic Situation and Prospects 2024. Nova York: United Nations, 2024. Disponível em: <https://unctad.org/publication>. Acesso em: 20 jan. 2026.

WORLD BANK. Brazil Economic Memorandum: Sustaining Growth and Inclusion. Washington, D.C.: World Bank Group, 2023. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication>. Acesso em: 10 fev. 2026.

## Sítios Eletrônicos Consultados

- Banco Central do Brasil: <https://www.bcb.gov.br>
- IBGE – Sidra: <https://sidra.ibge.gov.br>
- IpeaData: <https://www.ipeadata.gov.br>
- Brasil em Mapas: <https://www.brasilemmapas.com>



